



<b>Órgão</b>	3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal
<b>Processo N.</b>	Apelação Cível do Juizado Especial 20120210026889ACJ
<b>Apelante(s)</b>	NOVA CLÍNICA SS LTDA.
<b>Apelado(s)</b>	IONA HENRIQUE ALMEIDA
<b>Relator</b>	Desembargador FÁBIO EDUARDO MARQUES
<b>Acórdão Nº</b>	698.409

## EMENTA

CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL. GESTANTE. ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA. PRÉ-NATAL. EXAME DE ROTINA. INDICAÇÃO DO SEXO PROVÁVEL DO BEBÊ. NÃO CONFIRMAÇÃO DO SEXO. COMPRA DE ENXOVAL E FEITURA DE BOOK COM BASE NO SEXO INFORMADO NO EXAME. AÇÃO POSTULANDO REPARAÇÃO CIVIL POR DANOS MATERIAIS E MORAL. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS NA ORIGEM. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, FÁBIO EDUARDO MARQUES - Relator, HECTOR VALVERDE SANTANA - Vogal, CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO - Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador HECTOR VALVERDE SANTANA, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA. PROVIDO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 30 de julho de 2013

Certificado nº: 44 36 93 A2  
01/08/2013 - 14:47

**Desembargador FÁBIO EDUARDO MARQUES**  
Relator



## RELATÓRIO

Cuida-se de recurso contra a r. sentença que condenou a parte ré ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista erro na identificação do sexo do bebê da parte autora.

Não conformada, a ré interpõe este apelo sustentando a preliminar de incompetência do Juízo, em razão da necessidade de prova pericial para atestar eventual erro médico, o que repercute na excludente de responsabilidade. No mérito, alega que o exame obstétrico morfológico, no período gestacional realizado, o sexo do feto é de difícil diagnóstico, daí que a recorrente tem o cuidado de informar a seus pacientes que a identificação do sexo é uma probabilidade. Além disso, o paciente é alertado do caráter complementar do exame, sendo necessário acompanhamento médico e outros exames para garantir um diagnóstico mais seguro. Anota que o conselho de medicina orienta que, no pré-natal, são necessários, no mínimo, cinco exames para atestar patologias e o sexo do feto. Afirma que o exame realizado não visava descobrir o sexo do feto, trata-se, sim, de exame de rotina para a manutenção da saúde do bebê. Defende que não praticou ato ilícito. Logo, não cabe indenização, mesmo porque a recorrida não comprovou os supostos danos. Impugna a prova documental e diz que o valor arbitrado do dano moral é excessivo. Pede acolhimento da preliminar ou a improcedência dos pedidos e, por fim, a redução do *quantum* indenizatório do dano moral.

Contrarrazões à f. 134/136.

É o suficiente relatório, na forma da Lei nº 9.099/95.

## VOTOS

**O Senhor Desembargador FÁBIO EDUARDO MARQUES - Relator**

Presentes os pressupostos, conheço do recurso.



Código de Verificação: R0NQ.2013.3J2B.BX72.5QV5.272V

GABINETE DO DESEMBARGADOR FÁBIO EDUARDO MARQUES

Inicialmente, não merece acolhimento a preliminar de incompetência do juízo. Isso porque o juiz é o destinatário da prova e, assim, compreendendo desnecessária a dilação probatória, mormente para perícia, não há que se cogitar da complexidade para extinção do processo sem resolução do mérito. A propósito, no Juizado Especial o juiz possui ampla liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

A recorrente insiste na necessidade de prova pericial para comprovar se houve erro médico. Todavia, se o juiz sentenciante firmou seu convencimento na falta de informação adequada e clara ao consumidor, a perícia requerida em nada contribuirá para o desate da causa. Além disso, não haveria falar em excludente de responsabilidade tendo em vista o artigo 34 do CDC.

Rejeito a preliminar de incompetência do Juízo.

No mérito, adianto que a recorrente tem razão.

De acordo com o documento de f. 38/41 e 91, a recorrida submeteu-se a exame obstétrico morfológico na clínica da recorrente, em 11.5.2011, no quinto mês de gestação. Em f. 38, consta o relatório do exame e, em f. 39, há, em conclusão (Impressão Diagnóstica), as seguintes informações: “Gestação tópica de 20 semanas...”, “Anatomia visibilizada normal”, “Crescimento fetal adequado”, “Vitalidade fetal preservada”.

Posto isso, claro está que o exame realizado na clínica da recorrente não tinha por finalidade precípua a identificação do sexo do feto, tanto que em tópico conclusivo, o exame nada mencionou a respeito, o que, de resto, não se fazia necessário, em se tratando de exame de rotina no pré-natal, com a finalidade de examinar a saúde do bebê.

Embora tenha constado no exame referência ao sexo do bebê, isso não foi indicado como certo. Diferentemente, a recorrente consignou como “SEXO FETAL PROVÁVEL”, em letras maiúsculas, cumprindo, inclusive, determinação do CDC relativa aos contratos de adesão (art. 54, § 3º).



Logo, ao contrário da inteligência adotada na r. sentença, a recorrente não se descurou do dever legal de informação adequada e clara ao consumidor. A propósito, frise-se que a afirmativa posta na petição inicial de que a recorrente informou que o sexo do bebê era feminino está baseada unicamente no exame por imagem realizado na clínica da recorrente. Todavia, esse exame não visava descobrir o sexo do bebê e, além disso, a indicação do sexo fetal não foi dada como certo. A recorrida se contentou com a prova documental (f. 99), afinal, sequer alegou que o médico que lhe atendera, no momento do exame, tenha dado alguma informação a respeito do sexo do bebê, em complementação ou diversa do contido no exame. Assim, a recorrida não se desincumbiu do ônus da prova do fato constitutivo de seu direito (art. 333, I, do CPC).

Ora, segundo o Dicionário Aurélio, a palavra provável tem origem do latim “*probabile*” e significa “*que se pode provar*”, “*que apresenta probabilidades de acontecer*”, “*que tem aparências de verdadeiro; verossímil*”.

De fato, no contexto utilizado no exame, o vocábulo “*provável*” traz ínsito a ideia de dúvida; embora com aparência ou indícios de verdade, não permite afirmar-se que, efetivamente, irá acontecer. Esse, aliás, o significado que é extraído por todos, sem maiores dificuldades ou exigência de um vocabulário mais elaborado, pois tal está arraigada no senso comum.

Em situação assemelhada, eis o precedente nesta Corte:

*“(...) 1 - Aferindo-se dos autos que os procedimentos adotados pelo médico que realizou os exames, embora não tenham alcançado o resultado esperado pela paciente-autora, com a detecção das malformações do feto, foram aqueles exigidos pela conduta médica, não consubstanciando negligência, imprudência ou imperícia, inexistente o apontado erro médico. 2 - Ante a não configuração de imprudência, negligência ou imperícia do médico, resta afastada a obrigação indenizatória, bem como a responsabilidade objetiva da Clínica. 3 - Recurso não provido.” (APC 2004.07.1.005625-7, Rel. Desembargador Cruz Macedo, 4ª Turma Cível, DJe 19.12.2012).*



Com efeito, diante da incerteza apontada no exame por imagem, a recorrida deveria ter realizado outros exames para estancar a dúvida quanto ao sexo do feto, isso, antes de despendar gastos com enxoval e outras despesas para o bebê. Ao não tomar esses cuidados, a recorrida assumiu os riscos de os itens adquiridos não servirem para seu bebê.

A recorrida até procurou outra clínica, em 8.7.2011 (f. 56), providência que, aliás, deveria ter tomado desde antes, conforme advertência contida no rodapé do exame feito pela recorrente (f. 38/41), mas, nesse último exame, sequer constou sexo do feto.

Logo, não há nexos causal entre a conduta praticada pela recorrente e as despesas suportadas pela recorrida. Sem nexos de causa e efeito, não cabe impor à recorrente responsabilidade civil para reparação dos danos.

Ante o exposto, a r. sentença deve ser reformada para declarar improcedentes os pedidos postos na petição inicial.

Nestes termos, dou provimento ao recurso.

Sem custas e honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

É como voto.

**O Senhor Desembargador HECTOR VALVERDE SANTANA - Vogal**

Com o Relator.

**O Senhor Desembargador CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO - Vogal**

Com a Turma.

## DECISÃO

CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA. PROVIDO. UNÂNIME.



Código de Verificação: R0NQ.2013.3J2B.BX72.5QV5.272V